

Inquérito Civil n. 06.2019.00000181-8**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Thiago Alceu Nart, doravante denominado **COMPROMITENTE**; **CLARA LÚCIA PANSTEIN RANK**, casada, operadora de caixa, inscrita no CPF sob o n. 026.193.289-69, residente e domiciliada na Estrada Alberto Torres, n. 2596, fundos, Centenário, São Bento do Sul/SC, CEP 89283-156, celular (47) 98814-9350, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**; nos autos do Inquérito Civil epigrafado, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o art. 129, III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o art. 225, § 3º, da Constituição Federal determina que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil n. 06.2019.00000181-8 com o objetivo de apurar *"suposta intervenção irregular em área de preservação permanente do imóvel confrontante com o Loteamento Santa*

Fé, localizado na Rua Alberto Torres, 2596 (Fundos), Centenário, São Bento do Sul/SC”;

CONSIDERANDO a notícia de que a execução de atividades de movimentação de terra de grande porte, sem licenciamento municipal, provocou danos à área de preservação permanente do imóvel localizado na Estrada Alberto Torres, n. 2596, fundos, Centenário, São Bento do Sul/SC;

CONSIDERANDO a presença de processo erosivo no talude do aterro, o depósito de sedimentos em curso d'água e nascente e a degradação da cobertura vegetal da área de preservação permanente;

CONSIDERANDO, por fim, a autorização para lavrar, com os interessados, termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais (art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985);

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, nos seguintes termos:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª: Este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção das medidas necessárias à reparação integral dos danos ambientais provocados pela COMPROMISSÁRIA no imóvel de matrícula imobiliária n. 17.745, localizado na Estrada Alberto Torres, n. 2596, fundos, Centenário, São Bento do Sul/SC, em decorrência da execução de atividades de movimentação de terra sem licença municipal;

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

CLÁUSULA 2ª: A COMPROMISSÁRIA assume a obrigação de fazer consistente em, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do presente, apresentar Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) perante o órgão ambiental competente, a ser confeccionado por profissional habilitado e com ART, que deverá prever a recuperação da Área de Preservação Permanente (APP) localizada dentro do seu imóvel no raio de 50 (cinquenta) metros no entorno da nascente identificada no Parecer Técnico n. 105/2021/GAM/CAT, no imóvel de matrícula imobiliária n. 17.745, localizado na Estrada Alberto Torres, n. 2596, fundos, Centenário, São Bento do Sul/SC;

Parágrafo primeiro: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do protocolo do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD no órgão ambiental, cópia do respectivo comprovante de protocolo;

Parágrafo segundo: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a atender todas as solicitações e modificações eventualmente exigidas a fim de obter a aprovação do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD na forma e nos prazos estipulados pelo órgão ambiental competente;

Parágrafo terceiro: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a apresentar, nesta Promotoria de Justiça, cópia do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da aprovação pelo órgão ambiental competente, inclusive com o cronograma de execução, que passará a fazer parte integrante deste ajuste;

Parágrafo quarto: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a executar regularmente o Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, cumprindo rigorosamente as atividades lá previstas, conforme cronograma de execução aprovado pelo órgão ambiental competente;

Parágrafo quinto: Até a finalização da execução do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, a COMPROMISSÁRIA compromete-se a apresentar relatórios de acompanhamento, a cada 6 (seis) meses, contendo a descrição das atividades realizadas e fotografias do local, a ser confeccionado por profissional habilitado e com ART;

CLÁUSULA 3ª: A COMPROMISSÁRIA assume a obrigação de fazer consistente em, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do presente, executar medidas para estabilizar o talude do aterro indicado no Parecer Técnico n. 105/2021/GAM/CAT, com o intuito de impedir a continuidade do processo erosivo e o depósito de sedimentos nos recursos hídricos, conforme projeto elaborado por profissional habilitado e com ART, a ser apresentado ao órgão municipal no procedimento para obtenção da licença de movimentação de terra;

Parágrafo único: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão das obras no talude, relatório técnico contendo a descrição das medidas adotadas e fotografias do local, a ser confeccionado por profissional habilitado e com ART, como forma de comprovar a estabilização do talude e a interrupção do processo erosivo;

CLÁUSULA 4ª: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a apresentar os documentos exigidos nas cláusulas anteriores em formato digital, que podem ser encaminhados ao endereço eletrônico saobentodosul03pj@mpsc.mp.br ou ao WhatsApp (47) 99209-4155;

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE

CLÁUSULA 5ª: O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar qualquer medida judicial contra a COMPROMISSÁRIA que assina o presente Termo

de Ajustamento de Conduta, com relação ao objeto e termos ora ajustados, caso venham a ser fielmente cumpridos os seus dispositivos;

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA 6ª: O COMPROMITENTE poderá a qualquer tempo solicitar vistorias *in loco* aos órgãos ambientais competentes para averiguar o cumprimento das obrigações assumidas;

DO DESCUMPRIMENTO

CLÁUSULA 7ª: Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, a COMPROMISSÁRIA fica ciente de que inadimplementos e/ou atrasos injustificados dos prazos estipulados na CLÁUSULA 2ª e seus parágrafos, e CLÁUSULA 3ª e seu parágrafo único, por período superior a 10 (dez) dias, implicará em multa diária no montante de R\$ 50,00 (cinquenta reais), valor a ser atualizado segundo o INPC ou outro índice que o suceder a partir da assinatura deste Termo, a ser revertida em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina;

CLÁUSULA 8ª: A inexecução dos compromissos previstos em quaisquer das cláusulas anteriores facultará ao COMPROMITENTE, decorridos os prazos previstos, adotar as medidas cabíveis contra a COMPROMISSÁRIA para execução judicial das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 9ª: A COMPROMISSÁRIA concorda que o presente Termo de Ajustamento de Conduta seja averbado na matrícula do imóvel n. 17.745 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul para publicidade

das obrigações nele assumidas;

CLÁUSULA 10ª: Eventual impossibilidade de cumprimento das obrigações nos prazos fixados, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada a esta Promotoria de Justiça em até 15 (quinze) dias após sua constatação, que avaliará a possibilidade de prorrogação dos prazos;

CLÁUSULA 11ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias;

CLÁUSULA 12ª: A promoção de arquivamento do Inquérito Civil ao qual se vincula o presente Termo de Ajustamento de Conduta será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85, nos termos do art. 49, *caput*, do Ato n. 395/2018/PGJ;

CLÁUSULA 13ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, independentemente da homologação e da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2022.

Thiago Alceu Nart
Promotor de Justiça

Clara Lúcia Panstein Rank
Compromissária